

AUTISMO E A PRÁTICA DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS COM ALUNOS AUTISTAS EM SALA DE AULA

Autora: Alcione Soares Moreira

E-mail – soaresalcione@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre as estratégias utilizadas por docentes dos anos iniciais do ensino Fundamental no Município de Araruna com alunos autistas e as principais dificuldades no processo de inclusão escolar, com vistas a contribuir para que os professores re-pensem os procedimentos utilizados em sala de aula, na intenção de guiar e estimular os alunos, oportunizando-lhes uma aprendizagem significativa, partindo de suas potencialidades. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa e o ponto de partida da investigação foi a observação ativa da pesquisadora enquanto formadora de um curso ofertado pelo sistema Municipal para profissionais do magistério; o acompanhamento destes professores que gerou as reflexões aqui dispostas se deu através de visitas in loco, relatórios docentes durante o curso e depoimentos da rotina escolar, estabelecendo percepções que se articulam aos instrumentos para coleta de dados. Assim, realizou-se uma entrevista semiestruturada, tendo como sujeitos da pesquisa uma amostra de cinco professoras, cujos relatos descrevem as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem dessas crianças. Também se fez uso de pesquisa bibliográfica, centrada na concepção de alguns autores e documentos que norteiam o tema em questão. Os resultados mostram que as estratégias pedagógicas utilizadas tanto pode favorecer quanto minimizar a participação na escola, esta última certamente compromete a interação e a aprendizagem dos alunos com TEA. E que a inclusão não deve ser apenas um desafio do professor, mas de toda a escola. Os autistas têm peculiaridades, atitudes e maneiras de aprender diferentes, logo, incluí-los é um compromisso de todos.

Palavras-chave: Autismo, Prática Docente, Sala de Aula.

INTRODUÇÃO

Nunca se falou tanto em Educação inclusiva como no atual cenário da educação brasileira, principalmente sobre autismo, o qual permanece divergências e grandes questões ainda indecifráveis, certamente esta seja a causa de tantas discussões em torno do Espectro do Autismo e entraves na inserção e permanência destes alunos no ambiente escolar, mesmo a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (BRASIL, 2008) e a legislação educacional vigente em nosso País, garantindo à pessoa com autismo o direito à educação e a inclusão escolar. Esse contexto tem impulsionado a realização desta pesquisa sobre o autismo e a prática docente no que tange aos desafios do professor em trabalhar com alunos autistas na sala de aula.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Sabe-se que as propostas de educação inclusiva vêm, historicamente, se estruturando em maior proporção, convidando a escola de forma emergente a rever sua organização interna a partir da avaliação de suas metas na escolarização de pessoas com deficiências, visando minimizar as dificuldades para efetivar a inclusão, e essas dificuldades muitas vezes distanciam o aluno de seu aprendizado, por isso é de suma importância enfatizar que há uma grande necessidade dos profissionais da educação em especial os professores em se aprofundarem mais nos estudos sobre autismo e a inclusão de alunos autistas na escola, para melhor ofertar a esta clientela recursos e adaptações necessárias ao seu processo de aprendizagem.

Neste trabalho busca-se defender estratégias que melhor possam fornecer ao autista uma educação favorável, pois muitas vezes se recebem estes alunos e não sabem identificar suas características, que são específicas e refletem a necessidade de um atendimento que atenda suas especificidades e explore ao máximo seu potencial. Claro que não é responsabilidade da escola fazer diagnósticos, mas o professor e os demais profissionais podem ficar atentos às mudanças comportamentais, como comprometimento na interação social e na comunicação, além de interesses restritos e repetitivos, para melhor ajudar a criança e conseqüentemente a família, pois encaminhar essa criança para avaliações profissionais é de suma importância. E pedagogicamente falando, não podemos esquecer que neste processo todo, é indispensável investigar ao máximo que estratégia funciona ou não com cada criança. Isso é um percurso complexo, com base em experimentação, de muitas tentativas com erros e acertos. Por isso não existe uma única estratégia, uma fórmula ou uma receita pronta; haja vista muitos especialistas que estudam sobre o TEA – “Transtorno do Espectro Autista” afirmam: mesmo duas pessoas apresentarem o mesmo diagnóstico, elas podem reagir de modos diferentes a uma mesma estratégia pedagógica. Por isso, o que funciona para um estudante com autismo pode não funcionar para outro.

Desta forma, o que cabe à escola é incluir a criança da melhor maneira possível. Na Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, fica assegurado a ela o direito à Educação em todos os níveis de ensino. E garantir isso não é tarefa simples: faltam profissionais habilitados, indisposição de tempo para pesquisar sobre o assunto, o número de alunos nas salas regulares que muitas vezes é alto e não favorece este processo, o conhecimento restrito do professor regente sobre o assunto, escolas com espaços inadequados, (pois, não é o indivíduo autista que deve adaptar-se ao ambiente, mas sim o ambiente que deve

está adaptado para recebê-lo), materiais e recursos insuficientes. Assim, o que podemos nos agarrar é na boa vontade de cada profissional, “quando esta existe” e nos bons exemplos de práticas pedagógicas que funcionaram em determinados contextos e podem ajudar o professor e demais profissionais da escola a refletir sobre o processo de inclusão.

Portanto, para subsidiar e respaldar este trabalho, foi preciso recorrer a estudos de autores que tratam sobre o tema, como também documentos como as legislações e leis: Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764 (27 de dezembro de 2012), etc. Com base em toda pesquisa realizada, na sequência será tratado de alguns pontos indispensáveis ao trabalho docente e a verdadeira inclusão escolar de alunos com TEA.

METODOLOGIA

A metodologia que embasa este trabalho é a pesquisa qualitativa de caráter exploratório como explicitada por (GODOY, 1995, p.58), onde é possível fazer uso de instrumentos para a investigação de um estudo que envolve pessoas, processos interativos e os locais que constituem a temática abordada com ênfase para os fenômenos educativos e também sociais. Uma pesquisa que não procura enumerar e/ou medir os processos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos tendo como referência uma entrevista semiestruturada, (visando uma descrição da prática pedagógica do professor com os alunos autistas) e o contato direto da pesquisadora com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos participantes deste estudo, isso em consonância com as ideias de SEVERINO, o autor diz que a entrevista é uma,

[...] técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. [...] O pesquisador visa aprender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007, p.124).

Assim, a efetivação deste estudo teve início com a observação dos relatos docentes no decorrer de um curso de Formação Continuada sobre “Inclusão Escolar”, ofertado pelo sistema Municipal de Ensino para profissionais do magistério e o acompanhamento sistemático dos professores envolvidos na pesquisa através de visitas in loco para observação da prática e

realização de entrevista, além de relatórios destes professores durante o curso e depoimento de suas rotinas escolares, estabelecendo percepções para coleta das informações e dados aqui compilados. Para a entrevista houve a participação de cinco professoras que trabalham com alunos autistas no ensino regular no ano de 2017.2, permitindo uma maior flexibilidade para o alcance dos resultados, uma vez que esse tipo de entrevista “semiestruturada” não determina uma estrutura padrão, ou seja, um modelo pronto e acabado adotado pela pesquisadora, levando em consideração, que outros questionamentos ou dúvidas pertinentes podem surgir no decorrer da conversa.

Para ir ao encontro do contexto desta pesquisa, foi efetuada uma revisão bibliográfica, a fim de aprofundar os conhecimentos teóricos sobre autismo, inclusão escolar e sobre estratégias metodológicas para alunos com TEA, o que se fez necessário para possibilitar maior clareza acerca do viés teórico dos autores abordados, como também a busca de respaldo em documentos, leis e legislação que norteiam esta temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui serão apresentados e discutidos os principais resultados e as questões elencadas na entrevista semiestruturada sobre a prática pedagógica e os desafios enfrentados pelos docentes que trabalham com alunos autistas na sala de aula regular. A entrevista foi composta por oito perguntas subjetivas que foram transcritas para análise do conteúdo. Vale ressaltar que a análise realizada apresenta inferências, consideradas pela entrevistadora, e não apenas descrições, o que contribui para uma análise mais competente dos dados. É importante destacar que das escolas contidas no campo de atuação dos docentes entrevistados, apenas duas dispõem de sala de recursos multifuncional para atendimento Educacional Especializado – AEE, que auxilia no processo escolar dos alunos com TEA ou outras deficiências. Destaco ainda que todos os docentes participantes da pesquisa possuem nível superior de escolaridade e mais de cinco anos de experiência no magistério.

Segue a descrição das perguntas e as respostas dadas por cada entrevistada, seguida da análise realizada.

No seu percurso profissional até aqui, teve contato com algum conhecimento ou curso sobre educação especial, ou específico sobre Transtornos do Espectro Autista?

Prof.1 – Anteriormente não; esta é minha primeira experiência num curso que trate dessas questões.

Prof.2 – Não; só agora mesmo. Autismo ainda é algo desconhecido para muitas pessoas;

Prof.3 – Apenas li algumas reportagens sobre autismo. Este curso está sendo indispensável para minha prática, porque tenho um aluno autista, a partir de agora preciso buscar cada vez mais.

Prof.4 – Não. Confesso que nunca nem pensei que poderia trabalhar com essa clientela. Hoje vejo a necessidade de me aprofundar no assunto, o autismo está muito comum.

Prof.5 - Até o contato com este curso não. Apenas vi reportagens pela TV.

De acordo com as respostas dadas, é perceptível que nenhuma teve oportunidade de participar de algum curso sobre Autismo ou similar, apenas ouviam falar por algum meio de comunicação ou leram de forma superficial sobre o assunto. Porém a Prof.3 deixou entender que conhecer sobre autismo é primordial para desempenhar sua prática com o aluno, e que fez isso porque a necessidade, por ter um aluno autista em sua sala, exigiu esse conhecimento e aprofundamento por parte da mesma. Nas entrelinhas percebe-se que este conhecimento de acordo com sua fala, é indispensável para que sua prática pedagógica possa de fato contribuir para o desenvolvimento de seu aluno e certamente de todas as crianças com autismo ou outra deficiência.

Descreva sua prática na escola direcionada ao aluno com TEA?

Prof.1 – Não é fácil trabalhar com aluno autista, nunca realizei nenhuma atividade específica porque não conseguia fazer o aluno parar. Com este curso, a realidade de minha turma vem mudando.

Prof.2 - Somente a partir deste curso é que paro pra pensar em que atividade posso sugerir ao meu aluno, pensei que ele deveria apenas tentar conviver com outras crianças, hoje sei que ele pode aprender muitas coisas.

Prof.3 – Procuro preparar atividades lúdicas, mas antes eu não sabia como fazer e sofria muito com isso. Hoje ajudo até outras colegas que se desesperam e não sabem como lidar com as crianças autistas.

Prof.4 – Sofri muito até participar deste curso. Eu não sabia o que fazer com ele e isso atrapalhava o bom desempenho da minha turma, porque o aluno autista atrapalhava muito. Hoje já consegui minimizar o comportamento dele, ou seja, por alguns momentos consigo fazer com que ele fique mais tempo na sala, interagir com os colegas, participar de atividades com objetos concretos.

Prof.5 – Ainda estou me adaptando a trabalhar com aluno autista, me desesperei muitas vezes, pensei que nunca iria conseguir ajudá-lo pedagogicamente, mas aos poucos venho conseguindo melhorar ao menos sua estadia na sala de aula.

A prática pedagógica destas professoras no que se refere aos alunos com TEA apresentam algo em comum: o despreparo e a angústia em suas vivências com os alunos autistas na escola. Conhecer sobre o assunto e receber suporte adequado como foi o caso do curso ao qual participaram, conforme relatos da entrevista, é um passo muito importante para melhoria do trabalho pedagógico, tanto em termos de comportamento, aprendizagem, interação do aluno com TEA e a classe toda, bem como a adaptação de atividades para o

trabalho em sala de aula ou até mesmo outras estratégias na escola.

O aluno (a) autista participa/interage das atividades com os demais alunos? Como ocorre essa interação?

Prof.1 – Agora já consigo um pequeno avanço sobre sua interação. Antes ele nem parava na sala e eu não entendia como fazer para ajuda-lo.

Prof.2 – Por pouco tempo, mas consigo com muito esforço. Antes ele só gritava quando entrava na sala.

Prof.3 – Posso dizer que sim, mas tenho que dar atenção o tempo todo e a turma têm contribuído para isso também, porque antes do curso era uma agonia só.

Prof.4 – O autista é momentâneo, de pequenos momentos; Em alguns momentos consigo realizar atividades em que ele se junta aos demais e a turma já ajuda.

Prof.5 – É um processo lento, mas gradativamente venho conseguindo pequenos avanços.

É perceptível a dificuldade de todas as professoras em conseguir engajar seus alunos autistas nas atividades junto à turma. Todas têm conseguido um pequeno avanço, mas isso se deu graças ao conhecimento adquirido no curso, assim entende-se que conhecer e compreender o processo de inclusão é indispensável para se iniciar um trabalho pedagógico com os alunos autistas. Todas buscam dar uma atenção especial aos seus alunos e não simplesmente os deixam na sala ou fora dela, ambas se preocupam com a forma de melhor proporcionar essa interação tão necessária ao processo inclusivo, pois o objetivo é de fato buscar formas que melhor propicie ao aluno essa integração no espaço escolar.

Como você organiza o planejamento das aulas para a turma tendo em vista a presença do aluno autista na sala de aula? Existe um Plano Individual para ele?

Prof.1 – Não consigo ainda preparar um plano individualizado para ele. Preciso de ajuda nesta questão. Apenas preparo atividades diferenciadas que melhor se adequam a ele.

Prof.2 – Apesar de ter visto a importância deste plano no curso, ainda não o fiz.

Prof.3 – Preparo as aulas normal para minha turma. Para ele tento fazer alguma atividade mais individualizada, voltada para o concreto.

Prof.4 – Não tenho um plano individual. Preparo algumas atividades diferenciadas de acordo com a necessidade, muitas vezes é prático ou comportamental.

Prof.5 – O curso me ajudou a entender a necessidade de preparar um plano individual, mas ainda não consegui traçar as metas de aprendizagem; faço adaptação de atividades e em sua maioria com material concreto.

O planejamento didático é por natureza uma ação onde o professor prever os procedimentos a serem utilizados com seus alunos, ou seja, uma organização de atividades e estratégias que visam atingir objetivos educacionais estabelecidos. Neste processo, observa-se que as professoras entrevistadas não concretizam esta ação didática para os alunos com TEA, fica claro que planejam para a “turma”, para os alunos neurotípicos, enquanto que para os alunos autistas não se consegue planejar antecipadamente; ambas não possuem o plano individualizado. A **prof.5** – ainda diz que não

conseguiu traçar metas de aprendizagem para o aluno; isso nos revela que não se trabalha de acordo com as habilidades destes alunos, apenas se propõe atividades para ocupá-los por determinado período de tempo, assim os afazeres didáticos desses alunos em sala de aula são muito restritos e quando acontecem são por meio de alguma atividade que nem sempre deve está em consonância com o currículo.

Podemos verificar que as professoras sentem dificuldades para trabalhar com os alunos com TEA, a principal causa demonstrada foi o não conhecimento acerca do assunto, mas logo entende-se que realizaram o curso sobre educação inclusiva que as auxiliou na prática, mas que este não é suficiente; outros fatores são as limitações na escola, com sala de aula lotada, espaço inadequado, algumas sem mediador de sala. Mas esquecem que a sala de aula é composta e sempre será, por variadas culturas e níveis diferenciados de aprendizagem; a escola é uma instituição que deve respeitar e trabalhar as especificidades de sua clientela, pois educação de qualidade é direito de todos.

Este aluno possui um auxiliar mediador? Qual a função deste mediador auxiliar no planejamento e prática pedagógica com a turma?

Prof.1 – Não tenho mediador ainda.

Prof.2 – Não tenho mediador porque dizem que o autismo é leve.

Prof.3 – Tenho mediador, mas que não participa do planejamento, sou eu quem preparo as atividades.

Prof.4 – A mediadora só cuida dele, muitas vezes fica em outro espaço, principalmente quando ele se agita muito na sala.

Prof.5 – Não tem mediador. Isso dificulta ainda mais o trabalho para melhorar seu desenvolvimento.

O mediador escolar é sem dúvidas um profissional de suma relevância para o desenvolvimento de alunos com TEA, mas é um apoio ainda escasso nas escolas. Pelo relato das professoras, a maioria não possui esse suporte pedagógico, apenas duas pode contar com este profissional, mas a atuação destes infelizmente é mais cuidadora, voltada para atividades de higiene, locomoção e alimentação, a função pedagógica fica em segundo plano, isso acontece talvez por falta de conhecimento deste profissional sobre sua função. Para que o processo aconteça de forma integrada e satisfatória o mediador precisa ser capacitado, pois sua contribuição é diversa. Ele precisa ser flexível e criativo, pois será o intermédio entre a criança e os mais variados contextos vividos por ela. É um auxiliar na comunicação verbal e não verbal, competências e habilidades, interação social, e de suma importância nos aspectos pedagógicos; isso se torna um entrave para educação e integração dos alunos autistas na

escola, afirmam todas as professoras em conversa durante as entrevistas.

Como você avalia (quais os instrumentos de avaliação) a aprendizagem do aluno com autismo?

Prof.1– Avalio pela observação da evolução principalmente comportamental. Faço anotações.

Prof.2 – Relatando por escrito o seu percurso na sala de aula.

Prof.3 – Através de relatório descrevendo os avanços, as dificuldades e as conquistas.

Prof.4 – Fazendo anotações de seu desenvolvimento na sala.

Prof.5– Descrevendo seu progresso, ou regresso também. Geralmente por períodos de quinze dias.

O discurso das professoras revela que as mesmas não fazem uso de diversos instrumentos avaliativos, o que facilitaria a perspectiva inclusiva; elas restringem a avaliação em basicamente um único instrumento – anotações em forma de relatório. Porém em seus relatos, percebe-se que ambas registram a tríade que representam as maiores dificuldades do sujeito autista - a interação social, a linguagem e o comportamento, ao menos não restringe somente aos conteúdos presentes no currículo, o que nem sempre é necessário ao aluno autista, dependendo é claro, de seu grau de comprometimento.

Esse registro da tríade citada é muito importante para os alunos demonstrarem a sua aprendizagem em diferentes áreas, de acordo com as habilidades exigidas e a um determinado conhecimento, já que essa forma avaliativa usada pelas professoras é apenas um procedimento técnico de mediação dos desempenhos dos mesmos, pois em todas as escolas participantes da pesquisa, as professores dizem não haver uma avaliação como parte constitutiva do projeto político pedagógico, por sua inexistência naquelas instituições.

Descreva a participação do aluno em outras atividades pedagógicas na escola, ou outros espaços escolares.

Prof.1– O aluno participa apenas da sala de AEE em outra escola.

Prof.2– Participa da sala de AEE em horário oposto;

Prof.3 – Por não ter sala de AEE na escola, ele participa do Programa Novo Mais Educação.

Prof.4– Duas vezes por semana participa da sala de AEE.

Prof.5– Participa da sala de AEE em outra escola.

Para todo indivíduo autista o acompanhamento por outros profissionais é de sua importância para seu desenvolvimento, principalmente terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, entre outros, ou seja, uma parceria com equipe multifuncional e em constante comunicação com o professor da sala regular e do AEE – Atendimento Educacional Especializado. No que

expressa às professoras em suas respostas, quatro dos cinco alunos da amostra, apenas frequentam a sala de AEE e a comunicação entre ambas nos parece ser restrita. Um aluno participa de um programa que não é especializado para atendimento específico com alunos autistas; de toda forma os alunos realizam outras atividades pedagógicas na escola. O que importa é se essa participação contribui para melhoria da qualidade de vida destes alunos. Uma vez que essas atividades precisam ser estimuladoras, modificadoras e adaptativas para que esses alunos atinjam as etapas de aprendizagem esperadas de acordo com as suas necessidades, por isso o acompanhamento da equipe multifuncional é relevante para intervenções e métodos mais indicados para todas as especificidades, aplicando-as sempre dentro do contexto social para que a criança consiga progresso significativo.

Que pontos você considera positivos e quais os desafios em sua prática docente direcionado aos alunos autistas em sala de aula?

Prof.1 – Os pontos positivos é a compreensão dos pais e o curso ministrado na área, pois contribuiu para melhoria de minha prática. Os desafios são a ausência de recursos pedagógicos adequados na escola e o despreparo dos demais profissionais para nos auxiliar e no meu caso, a inexistência do mediador.

Prof.2 – Positivo foi a melhoria de minha prática, através dos conhecimentos do curso. Desafios é o grande número de alunos regulares na sala, espaço pequeno, barulho e falta de material e apoio escolar dos demais profissionais da escola, já que não tenho mediador.

Prof.3 – De positivo foi as orientações recebidas no curso, que muito contribuiu com minha prática. Hoje, tenho uma nova visão sobre inclusão. Os desafios são muitos, mas destaco a falta de material adequado e uma equipe de apoio qualificada e a pouca assistência dos professores de AEE com a nossa sala.

Prof.4 – Positivo: o curso e minha disposição para aprender e compartilhar. Os desafios é encontrar formas de manter o aluno na sala e até na escola, preparar atividades que chame sua atenção por minha falta de tempo, espaço inadequado e recursos insuficientes na escola.

Prof.5– Os pontos positivos é a participação dos pais. Os desafios é conseguir efetivar um trabalho que prenda a atenção do aluno, por falta de recursos, ambiente de sala pequeno, o barulho de outras turmas, a falta desses alunos na escola, que muitas vezes acontece pela insegurança dos pais por não haver um mediador para auxiliar no processo de desenvolvimento significativo da aprendizagem necessária a vida deste aluno.

Logo se percebe em todos os relatos que os conhecimentos sobre o assunto, adquiridos através do curso de Formação Continuada que participaram foram muito positivo, seguido do apoio dos pais, ou seja, a comunicação entre os pais e a escola/professor é muito importante neste processo. Já os desafios são muitos, ausência de recursos pedagógicos e mediador escolar, espaço físico inadequado, salas lotadas, falta de apoio de outros profissionais, etc. O mais difícil que se percebe é o processo de adaptação da criança na escola, aquele início onde a rotina na escola precisa ser previsível, tornando-se necessário a busca por estratégias que visem ao desenvolvimento de habilidades desses

alunos, onde é preciso descobrir seus interesses, desejos, possibilidades, dificuldades, enfim, conhecê-lo bem. Em termos pedagógicos, é preciso descobrir quais habilidades o aluno já possui e quais ele precisa adquirir. Em seguida pensar nos materiais adequados a partir de então e sempre priorizar a comunicação e a socialização, esses são passos iniciais indispensáveis para superação dos primeiros desafios na escola. Apesar das professoras concordarem com essa priori, trabalhar com alunos autistas sem o apoio de toda a escola sempre será muito desafiador, pois o compromisso e a responsabilidade pela equidade e qualidade educacional é de todos, e esse todo precisa abraçar a causa, o que ainda não acontece, segundo seus relatos.

CONSIDERAÇÕES

Á partir dos resultados apresentados neste trabalho é possível percebemos, de maneira geral, reflexões que definem a realidade vivida por professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais no Município de Araruna sobre a prática pedagógica com alunos autistas em sala de aula e conseqüentemente as maiores dificuldades enfrentadas para inclusão destes no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando-lhes uma educação de qualidade para todos.

A partir das práticas desenvolvidas no cotidiano escolar e descritas pelas professoras, foi possível constatar que as estratégias pedagógicas utilizadas tanto pode favorecer quanto minimizar a participação na escola, esta última certamente compromete a interação e a aprendizagem dos alunos com TEA. Diante de todo o exposto pelas educadoras, vemos que a inclusão não deve ser apenas um desafio do professor, mas sim de toda a escola. Os autistas têm peculiaridades, atitudes e maneiras de aprender diferentes, logo, incluí-los não é somente ter matrícula na escola ou frequência, necessita de um esforço maior, um compromisso de todos.

Os relatos das educadoras entrevistadas apontaram que existe um esforço delas para efetivação do trabalho inclusivo em sala de aula, mas esse esforço precisa ser coletivo, porque a educação e a inclusão não se restringe apenas a sala de aula, a escola faz educação, a sala de recurso multifuncional – AEE têm seu papel indispensável, a família faz educação, a coordenação pedagógica, os terapeutas e demais profissionais externos, quando estes existem, os próprios alunos da instituição também tem sua parcela de contribuição, haja vista que a educação inclusiva não beneficia apenas o público especial, mas a todos os alunos, que aprendem a respeitar as diferenças como cidadãos

cientes dos direitos humanos; por isso todos precisam reunir esforços para concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva, onde o aluno aprenda, pois todas as pessoas envolvidas nesse processo devem apropriar-se da necessidade da inclusão, colaborando para que esses sujeitos sintam-se acolhidos no espaço escolar.

Ainda é relevante expor aqui o papel da escola enquanto espaço físico, que ainda está aquém de um ambiente inclusivo. Existem alguns pontos que merecem ser refletidos, ajustados enquanto gestão escolar e gestão da educação para que este espaço que deve ser primordial neste processo cumpra seu dever formativo com sua clientela, contribuindo com a prática pedagógica do professor. A legislação defende a inclusão escolar enquanto prática pedagógica, mas ainda é muito incipiente enquanto gestão da educação, os prédios escolares precisam ser adaptados, os Projetos Políticos Pedagógicos precisam ser eficientes e não burocráticos; essas observações e reflexões nos encaminham para novas percepções, a de que não há investimento, apoio necessário da gestão Municipal para contribuir com a efetivação de uma educação inclusiva; um primeiro passo foi dado, quando se ofertou um “Curso de Formação Continuada para seus profissionais”, mas é preciso se fazer mais, é necessário investimento em material didático; estrutura física; equipamentos adequados; mediadores escolares; ajuda multiprofissional, etc.

Constituir-se escola inclusiva é um processo que exige articulação, criação, investimentos, adoção de propostas e ações que requeiram da gestão em si posições coerentes com a demanda da inclusão, requer posturas além de documentos formais, requer flexibilidade, requer olhar e atenção especial, prioridades necessárias a sua efetivação. No aspecto pedagógico, o ensinar do professor não depende somente de sua especialidade na área; é recomendável conhecer cada aluno de forma individual e perceber como cada um apreende e aprende. Caso contrário, os alunos estarão presentes fisicamente e distantes cognitivamente. Portanto, o processo de inclusão escolar vai além do conhecimento específico, é preciso repensar as estratégias pedagógicas e rever o modo como a escola pensa e faz educação, isso beneficia alunos com ou sem deficiência, pois toda criança tem potencial para aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Decreto Federal nº 8.368/2014, de 02 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 03 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 15 de agosto 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.